

Videolar- Innova S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19



Barueri, 31 de janeiro de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, que contemplam os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

INNOVA: INVESTIMENTOS INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E TALENTOS, PETROQUÍMICA LÍDER EM PRODUTOS ESTIRÊNICOS E TRANSFORMADOS PLÁSTICOS, LASTREADA EM SUSTENTABILIDADE.

O ano de 2019 marcou a conclusão de mais uma etapa essencial de investimentos estratégicos: absolutamente todas as áreas produtivas foram alvos de inovações, com destaque para a planta de monômero de estireno (SM), duplicada à capacidade de 420 mil toneladas/ano. As obras na Unidade II, Polo Petroquímico de Triunfo (RS), mobilizaram mais de R\$ 600 milhões. Esse projeto foi coroado com medida inédita no mundo e de alta relevância para processo: a implantação de uma Unidade de Aquecimento Direto (DHU), em substituição à uma fornalha convencional. O DHU, equipamento com tecnologia de última geração, possibilita a produção do monômero de estireno (SM) em processo ambientalmente limpo e com alta qualidade e desempenho do produto fabricado.

A concepção do DHU levou catorze anos de desenvolvimento pela empresa norte-americana Badger/TechnipFMC e a Innova foi a primeira petroquímica em todo o cenário internacional a implantar esta tecnologia de ponta, que utiliza o gás gerado pelo próprio processo para aquecer a carga do novo reator, substituindo assim parte do vapor consumido por tonelada produzida.

O monômero de estireno (SM) é um produto com papel central na economia, presente em aplicações da importância do asfalto, pneus, tintas, borrachas. É também a matéria-prima essencial para a fabricação das próprias resinas petroquímicas da Innova: os poliestirenos de uso geral (GPPS), alto impacto (HIPS) e expansível (EPS).

A resina poliestireno (PS), com capacidade de ser 100% reciclada, possui presença maciça na vida das famílias, nas suas mais diferentes aplicações tais como: gabinetes de TVs, máquinas de lavar roupa, lavar louça e refrigeradores, entre outras aplicações, como réguas, cabides, botões.

Em 2018, já havia sido implantada nova linha de fabricação do poliestireno expansível (EPS), apenas dois anos depois do lançamento do produto. Sua capacidade produtiva foi duplicada às 50.000 toneladas/ano. O poliestireno expansível (EPS) é utilizado nas embalagens térmicas da indústria farmacêutica, nas embalagens técnicas para transporte de itens como linha branca e eletroeletrônicos, bem como pela construção civil (no preenchimento de lajes) e construção pesada (estabilização de solos em obras de infraestrutura). É forte seu potencial de mercado na substituição das importações, levando em conta que o Brasil importa metade do que consome. Há também forte demanda para exportações, estando o poliestireno expansível (EPS) Innova já homologado por grandes consumidores do cenário global. Este também é um produto amigo da natureza pois sua utilização na construção civil reduz o consumo de energia em razão do seu efeito térmico.

No segmento da transformação plástica, o ano também foi marcado pelo desenvolvimento de novas aplicações dos filmes de polipropileno biorientado (BOPP) após a implantação da terceira linha de fabricação, apta a produzir filmes com até cinco camadas. O BOPP é desenvolvido na nossa Unidade I, em Manaus (AM), fábrica dotada de tecnologia no estado da arte, com 65 mil metros quadrados e mais de R\$ 600 milhões investidos desde 2011.

A amplitude das aplicações dos filmes plásticos de BOPP impressiona e é visível nos corredores dos supermercados: ele está por toda parte, onipresente nas embalagens flexíveis, 100% recicláveis e com barreira eficaz contra o oxigênio. Eles preservam o frescor e as propriedades de alimentos como chocolates, biscoitos, salgadinhos aperitivos, barras de cereais, picolés e inúmeros outros. O BOPP está também nas fitas adesivas, rótulos de garrafas e num universo de outras aplicações.

A Innova fabrica o BOPP ao transformar a resina polipropileno (PP) em filmes plásticos que são esticados nos dois sentidos, largura e comprimento, ou seja, bi orientados. Além da proteção, os filmes plásticos de BOPP devem ser capazes de entregar o melhor resultado visual, em dia com recursos gráficos cada vez mais arrojados.

Na Unidade I, em Manaus (AM), opera também a planta de fabricação de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, com capacidade de 300 milhões de unidades/mês. Ela atende às marcas mais prestigiosas do mercado brasileiro e conquistou a rigorosa certificação FSSC 22000 na gestão de riscos voltados à segurança dos alimentos. Cresce a produção de tampas destinadas às águas minerais após a implantação, em 2018, de linha dedicada a esse segmento.

Todas as plantas industriais da Innova estão devidamente certificadas de acordo com as normas ISO 9001 e 14000.

É de alta relevância o fato de que todos os investimentos e ampliações convergem ao pilar da sustentabilidade: em 2019, a Companhia promoveu uma primeira guinada de melhoria em sua matriz energética na petroquímica de Triunfo (RS), através da adoção do gás natural, fornecido pela concessionária gaúcha Sulgás, em substituição ao óleo combustível BTE, à razão de 10.000 toneladas/ano. O gás natural é energia limpa e, o combustível fóssil de menor impacto ao meio-ambiente.

Este movimento precede o grande divisor de águas previsto para 2020, quando a mesma planta irá se tornar autoprodutora em energia, através da cogeração de vapor e energia elétrica a partir de fontes 100% limpas e renováveis, substituindo as de origem fóssil (o carvão mineral e o óleo combustível, utilizados pelo atual fornecedor de vapor). Serão utilizadas na cogeração a biomassa sólida de madeira de acácia, pinus, eucalipto, resíduos vegetais, casca de arroz ou sobras de serrarias sob a forma de cavacos e a tecnologia adotada permite também a operação com gás natural.

Ainda na agenda de sustentabilidade, a Innova reafirmou pioneirismo ao lançar em 2019 o ECO-PS®, primeiro poliestireno fabricado no Brasil com material pós-consumo em sua composição, obtido por reciclagem mecânica, oferecendo propriedades similares às do produto com 100% de resina virgem.

A planta industrial do ECO-PS®, no Polo Industrial de Manaus, tem capacidade inicial de 12.000 toneladas por ano e a coleta do resíduo pós-consumo mobiliza uma frente socioambiental importante na região amazônica, tanto pela geração de renda quanto na despoluição da área urbana. A coleta seletiva é realizada em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), laureada pela UNESCO com o Prêmio em Educação Para o Desenvolvimento Sustentável.

PENSAMENTO CORPORATIVO:

MISSÃO:

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança e laços fortes aos clientes, postura sustentável ao meio-ambiente e desejado retorno aos acionistas.

VISÃO:

Saber ouvir, desenvolver e entregar: há sempre uma necessidade clara. Uma Companhia líder apresenta soluções.

VALORES:

Conduta comprometida e ílibada;
Capacidade de adaptação;
Foco total nas demandas do cliente.

GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO

A Innova busca de forma incessante o aperfeiçoamento das suas práticas de governança corporativa. Está no cerne de sua filosofia empresarial atuar como exemplo de boas práticas e transparência perante seus colaboradores, acionistas, clientes e comunidade. Nesse sentido, a Companhia mantém um núcleo de *Compliance*, sob gestão da Diretoria Jurídica, que oferece aos colaboradores e stakeholders em geral, um canal de denúncias cuja gestão é terceirizada, com a possibilidade de se comunicarem com a companhia objetivando dar ciência de fatos e situações que devam ser conhecidas e sobre as quais a Innova deva empreender alguma ação.

A transparência e padronização e processos estão também no centro das atenções da Companhia, que concluiu em 2019 mais uma atualização do Manual do Colaborador, feita a cada dois anos, acompanhando a dinâmica da Companhia.

A estrutura de governança da Innova conta com uma área de Auditoria Interna incumbida de monitorar essas boas práticas da Companhia e avaliar os sistemas de controles internos.

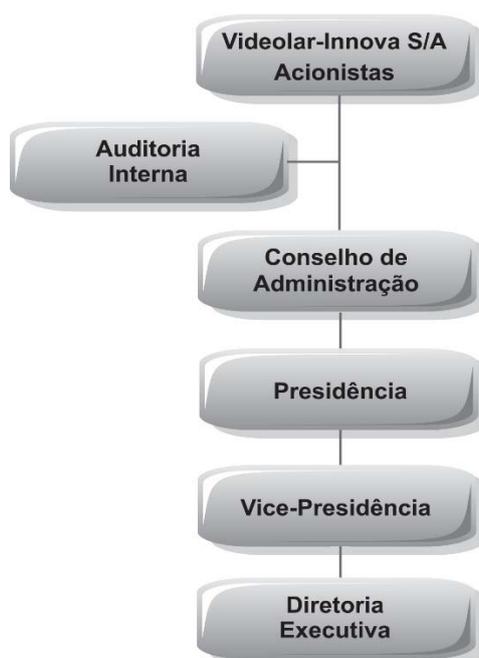
O Manual do Colaborador da Innova, disponibilizado à integralidade dos funcionários, objetiva ser referência para a conduta pessoal e profissional, tomando como base os valores e princípios que sustentam a Missão, Visão e Valores da Companhia.

Ética na prática

Desde sempre e contemplando também o ensejo, em 2014, da edição da Lei Anticorrupção no Brasil, a Companhia desenvolve iniciativas internas que dão aos seus colaboradores amplo conhecimento do referido diploma legal, disseminando a orientação necessária para o melhor entendimento prático e adesão ao espírito que moveu a edição da referida lei.

Mesmo tendo capital fechado, a Innova desde 2005 conta com empresa de auditoria externa, integrante do grupo conhecido como *Big Four*, para análise dos seus resultados.

A estrutura organizacional da Innova está desenhada para integrar os processos críticos na gestão da Companhia:



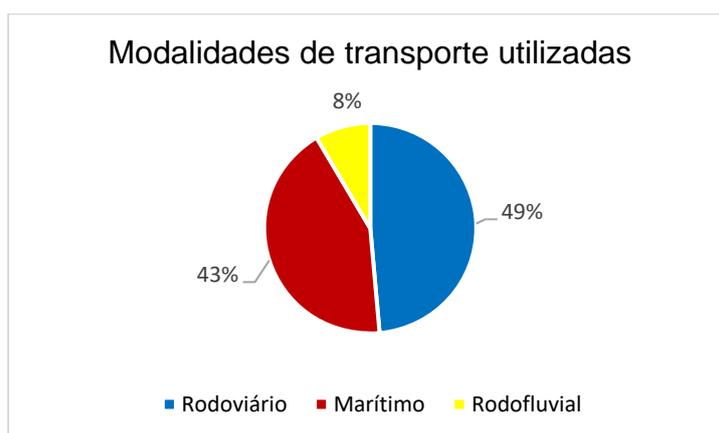
O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia. Cabe a ele fixar a orientação geral dos negócios e definir missão, objetivos, estratégias e diretrizes.

A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios de acordo com a missão, os objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

DESEMPENHO COMERCIAL

O total geral das vendas anuais superou as 408.000 toneladas.

A distribuição dos volumes vendidos no exercício contratou aproximados 16.000 embarques. O gráfico exibe a participação percentual de cada modal:



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

VIDEOLAR-INNOVA S/A | Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de R\$)

	2019	2018
ATIVO TOTAL	3.044.177	3.238.156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.872.184	1.819.583
ENDIVIDAMENTO (DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA)	1,85x	1,37x
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.864.053	3.041.503
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.506.253	2.597.630
LUCRO BRUTO	365.916	412.538
EBITDA (LAJIDA)	315.811	409.668
Margem EBITDA (%)	12,60%	15,77%
RESULTADO FINANCEIRO	(46.388)	(130.218)
LUCRO LÍQUIDO	118.967	132.817
INVESTIMENTOS REALIZADOS (CAPEX)	302.864	330.999

PERSPECTIVAS PARA 2020

A Companhia tem consciência da profunda mudança de paradigma promovida pela mudança da matriz energética na petroquímica de Triunfo (RS), tornando-a autossuficiente em energia. Esse investimento é um dos pilares do pensamento estratégico da Companhia, lastreado na sustentabilidade e inserção na economia circular.

Os negócios do estireno têm capacidade de atendimento à demanda assegurada pelos investimentos concluídos na duplicação da planta de fabricação às 420 mil toneladas/ano. Na esfera do poliestireno (PS), temos previstos lançamentos de novos tipos (ou *grades*), o aumento da oferta da linha ECO-PS® e o lançamento do BIO-PS®, produto com alta relevância em sustentabilidade e economia circular, um poliestireno com propriedades de biodegradabilidade.

Nesse desafio, somos respaldados pelo nosso Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE), maior produtor de patentes do segmento na América Latina.

No segmento do polipropileno biorientado (BOPP), consolidaremos em nosso portfólio a nova gama de filmes plásticos com cinco camadas, tornando-o ainda mais completo e com foco em aplicações de maior desempenho e valor agregado para toda a cadeia produtiva.

Na área de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, será um ano de importância crucial na busca de liderança do mercado nacional.

É dessa forma, com visão de longo prazo, que a Companhia cria valor para os clientes, acionistas, colaboradores e sobretudo para toda a sociedade, com impacto socioeconômico virtuoso nas regiões onde atua, aumentando a competitividade em toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos transformados plásticos, sem perder o foco na disciplina financeira. Sobretudo, e cada vez mais, compreendendo a sustentabilidade como caminho único para a permanência e crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos clientes pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, fundamentais para o nosso sucesso.



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Videolar Innova S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido

Veja notas explicativas 6.7, 6.10, 15.1 e 25.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mantém um saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e ativo fiscal diferido, cuja recuperabilidade é baseada em análises e projeções de fluxos de caixa e geração de resultados. A Companhia exerce julgamento significativo na determinação das projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros que são baseadas em premissas que refletem o seu ambiente econômico e operacional, especialmente as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico. Devido ao significativo grau de julgamento das estimativas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Efetuamos o entendimento do processo de avaliação do valor recuperável do ágio e de determinação do valor do ativo fiscal diferido e avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável e ao ativo fiscal diferido disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas, tais como as estimativas da produção e vendas, a inflação e as taxas de desconto e de crescimento econômico utilizadas pela Companhia nas projeções de fluxos de caixa e de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos se a base fiscal utilizada para o cálculo dos tributos diferidos era apropriada tendo como referência a legislação tributária vigente. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia relativas ao ágio e aos tributos diferidos e relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave utilizadas pela Companhia.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do ativo intangível com vida útil indefinida (ágio) e do ativo fiscal diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

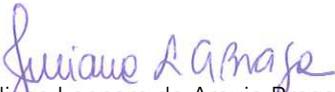
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 31 de Janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F


Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Videolar-Innova S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.481	11.309	Empréstimos e financiamentos	16	458.204	286.651
Contas a receber	9	390.350	480.787	Instrumentos financeiros	28	-	517
Instrumentos financeiros	28	1.102	-	Fornecedores	17	447.734	734.867
Estoques	10	281.197	534.680	Obrigações com pessoal e encargos sociais		17.498	26.344
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	25.c	-	3.152	Obrigações fiscais		7.556	11.824
Impostos a recuperar	11	41.629	29.316	Adiantamento de clientes		656	-
Outras contas a receber	12	2.366	4.607	Outras obrigações		<u>69.165</u>	<u>41.568</u>
Adiantamento a fornecedores		195	54.281			<u>1.000.813</u>	<u>1.101.771</u>
Despesas antecipadas		<u>4.965</u>	<u>4.267</u>				
		<u>745.285</u>	<u>1.122.399</u>				
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.a	114.274	158.640	Empréstimos e financiamentos	16	150.901	283.502
Contas a receber	9	6.576	8.826	Provisão para contingências	18	17.483	18.689
Impostos a recuperar	11	62.060	46.382	Outras obrigações		<u>2.796</u>	<u>14.611</u>
Outras contas a receber	12	-	2.234			<u>171.180</u>	<u>316.802</u>
Depósitos judiciais	18	<u>14.544</u>	<u>15.433</u>				
		<u>197.454</u>	<u>231.515</u>				
Propriedade para investimento	13	258.974	204.354	Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	1.584.622	1.418.853	Capital social	19.a	686.832	686.832
Intangível	15	<u>257.842</u>	<u>261.035</u>	Ações em tesouraria	19.g	(79.732)	-
		<u>2.101.438</u>	<u>1.884.242</u>	Reservas de incentivos fiscais	19.e	1.107.792	954.802
		<u>3.044.177</u>	<u>3.238.156</u>	Reserva legal	19.c	46.141	40.193
				Reservas de lucros	19.f	1.183	40.909
				Ajuste de avaliação patrimonial	19.b	<u>109.968</u>	<u>96.847</u>
				Patrimônio líquido		<u>1.872.184</u>	<u>1.819.583</u>
						<u>3.044.177</u>	<u>3.238.156</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	20	2.506.253	2.597.630
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(2.140.337)</u>	<u>(2.185.092)</u>
Lucro operacional bruto		365.916	412.538
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e vendas	22	(184.525)	(179.750)
Realização de mais valia		(10.916)	(23.290)
Outras receitas operacionais	23	<u>38.236</u>	<u>90.865</u>
		<u>(157.205)</u>	<u>(112.175)</u>
Receitas financeiras	24	25.575	33.999
Despesas financeiras	24	(53.009)	(52.748)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	<u>(18.954)</u>	<u>(111.469)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		(46.388)	(130.218)
Resultado antes dos impostos		162.323	170.145
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.b	-	5.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	<u>(43.356)</u>	<u>(43.195)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>118.967</u>	<u>132.817</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	118.967	132.817
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	118.967	132.817
Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores	<u>118.967</u>	<u>132.817</u>
Resultado abrangente total	<u><u>118.967</u></u>	<u><u>132.817</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	686.832	-	97.008	33.552	781.646	92.254	-	1.691.292
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	84	-	-	-	-	84
Diminuição da reserva de incentivos fiscais IRPJ 2017	-	-	-	-	(4.610)	-	-	(4.610)
Utilização de reserva de lucros para constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	32.803	(32.803)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	132.817	132.817
Realização de ajuste patrimonial	-	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal (nota 19.c.)	-	-	-	6.641	-	-	(6.641)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota 19.e)	-	-	-	-	144.963	(18.542)	(126.421)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	686.832	-	96.847	40.193	954.802	40.909	-	1.819.583
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	13.200	-	-	-	-	13.200
Recompra de ações	-	(79.732)	-	-	-	-	-	(79.732)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	118.967	118.967
Realização de ajuste patrimonial	-	-	(79)	-	-	-	245	166
Constituição de reserva legal	-	-	-	5.948	-	-	(5.948)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	152.990	(39.726)	(113.264)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	686.832	(79.732)	109.968	46.141	1.107.792	1.183	-	1.872.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		118.967	132.817
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação e amortização	14 e 15	96.286	77.261
Realização de mais valia		10.916	23.544
Imposto de renda diferido e corrente		43.356	37.328
Baixa do ativo imobilizado e intangível		11.964	(2.104)
Provisão para contingências		-	2.427
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	495	102
Provisões para obsolescência	10	2.104	(15)
Ganho de ajustes a valor justo	13	(36.182)	(32.575)
Outras receitas		(1.123)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		19.648	74.044
		<u>266.431</u>	<u>312.829</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		91.790	(19.433)
Estoques		251.379	(270.581)
Impostos a recuperar		(24.839)	(39.995)
Outros		58.751	(42.048)
		<u>377.081</u>	<u>(372.057)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(289.870)	335.312
Obrigações com pessoal e encargos sociais		(8.846)	2.193
Outros		(17.587)	(1.022)
		<u>(316.303)</u>	<u>336.483</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>327.209</u>	<u>277.255</u>
Impostos pagos sobre o lucro		-	(3.151)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		327.209	274.104
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado		(258.734)	(288.757)
Aquisições de intangível		(3.437)	(44)
Propriedade para investimento		-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(262.171)</u>	<u>(288.801)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	16	335.941	265.138
Pagamento de financiamentos e juros	16	(345.065)	(245.212)
Recompra de ações		(43.742)	-
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		<u>(52.866)</u>	<u>19.926</u>
Aumento no caixa e equivalentes		<u>12.172</u>	<u>5.229</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.309	6.080
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>23.481</u>	<u>11.309</u>
Variação no caixa e equivalentes no exercício		<u>12.172</u>	<u>5.229</u>
Divulgação adicional - transações não-caixa			
Juros capitalizados e aquisição de imobilizado		44.027	42.242
Recompra de ações a pagar		35.990	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Em 31 de outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A. (“Innova”), que pertencia a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), a Companhia se consolida no segmento Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2015 a Videolar S.A. efetiva formalmente a incorporação da Innova e a Companhia passa a se chamar Videolar-Innova S.A.

Após a reorganização societária, a Companhia passou a contar com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas, e um em Triunfo, no Rio Grande do Sul.

Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu 40% das ações da empresa Rimo S.A. que atua no mercado de games, tecnologia, música e filmes através da replicação de CD, DVD e Blu-ray, embalagens e produtos gráficos, bem como a distribuição destes produtos. O valor do patrimônio líquido da Rimo S.A. na data da aquisição era de R\$ 13.167, ativo intangível identificado de R\$ 1.118 e passivos identificados de R\$ 4.000. A Companhia não tem o controle sobre esse investimento e, portanto, as demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota 14** - Ativo imobilizado - revisão da vida útil;
- **Nota 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota 25.a** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento e instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Mudanças nas principais políticas contábeis
- **6.2** - Combinação de negócios
- **6.3** - Receita operacional

- 6.4 - Subvenção e assistências governamentais
- 6.5 - Receitas e despesas financeiras
- 6.6 - Moeda estrangeira
- 6.7 - Imposto de renda e contribuição social
- 6.8 - Estoque
- 6.9 - Imobilizado
- 6.10 – Ativos intangíveis e ágio
- 6.11 - Propriedade para investimento
- 6.12 - Instrumentos financeiros
- 6.13 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*
- 6.14 - Provisões
- 6.15 - Benefícios a empregados
- 6.16 - Arrendamentos
- 6.17 - Mensuração do valor justo

6.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

a. *Definição de arrendamento*

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa nº 6.16.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/ e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2).

b. Como arrendatário

A Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Entretanto, a Companhia utilizou alguns expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor.

c. Como arrendador

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento. A Companhia classificou esses arrendamentos como operacionais. A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

d. Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Dessa forma, não há impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

6.2 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

6.3 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

(ii) **Incentivos fiscais**

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa nº 27, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

(iii) **Receita de aluguel de propriedade para investimento**

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como 'Outras receitas'.

6.4 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal e de que serão auferidas e são registradas como outras receitas no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

a. ICMS

No Estado do Amazonas

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contra partida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 122.382 (R\$ 108.840 em 2018), conforme nota explicativa 27.

No Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12 e o crédito presumido de ICMS para revenda interestadual de ABS concedido através do Decreto nº 46.070/2008 alterado pelo Decreto 51.832/2014.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamental" para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia no montante de R\$ 30.249 (R\$ 34.944 em 2018) de FUNDOPEM e R\$ 359 (R\$ 1.179 em 2018) de crédito presumido de ICMS para o ABS, conforme nota explicativa 27.

b. Imposto de renda

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP no 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei no 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

e. Imposto de importação

Decreto-Lei nº 288/1967 artigo 7º.

6.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

6.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças de ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

6.9 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

(iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	2019	2018
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.10 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Marcas e patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

6.11 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

6.12 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, quando necessário, analisa pontualmente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

(vi) **Capital Social**

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital

6.13 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

6.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.16 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de outras receitas.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem

equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(iii) Como arrendatário

A Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(iv) Como arrendador

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

A Companhia possui contratos de arrendamentos de imóveis aos quais são tratados como propriedade para inventimento, conforme nota explicativa nº 13.

6.17 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance)

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de

venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Nota 13** - Propriedade para investimento
- (ii) **Nota 28** - Instrumentos financeiros

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23);
- IFRS 17 Contratos de Seguros

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	14.428	7.480
Aplicação financeira	<u>9.053</u>	<u>3.829</u>
	<u>23.481</u>	<u>11.309</u>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 98% do CDI (98% em 2018). Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Cientes	<u>440.382</u>	<u>532.574</u>
	440.382	532.574
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(43.456)</u>	<u>(42.961)</u>
	<u>396.926</u>	<u>489.613</u>
Ativo circulante	<u>390.350</u>	<u>480.787</u>
Ativo não circulante	<u>6.576</u>	<u>8.826</u>

Atendendo ao disposto do CPC 48, a Administração adotou o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo:

- **Estágio 1** - Considera neste estágio os títulos que ainda estão Performando e representa os possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses.
- **Estágio 2** - Considera neste estágio os títulos com Expressivo Risco de Perda, quando há desgaste no risco de crédito do cliente, ou seja, quando o título for direcionado para a empresa de assessoria em cobrança (mesmo se renegociado) e os títulos com necessidade de cobrança jurídica.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

		Contas a receber	Provisão para perda de crédito esperada	Percentual de perda estimada
Estágio 1	A vencer	394.682	396	0,1%
	Vencido de 1-30 dias	2.668	28	1%
	Vencido de 31-60 dias	-	-	5%
	Vencido de 61-90 dias	-	-	10%
	Vencido de 91-180 dias	-	-	50%
	Vencido acima de 181 dias	38	38	100%
		397.388	462	-
Estágio 2	Assessoria em cobrança	115	115	100%
	Cobrança jurídica	42.879	42.879	100%
		42.994	42.994	100%
Total		440.382	43.456	

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é relativamente baixo, uma vez que não identificou real perda de crédito (*write off*) nos últimos três anos e não houve transferência relevante de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do ano	42.961	42.859
Complemento de provisão no exercício	785	160
Reversão da provisão no exercício	(290)	(58)
Saldo em 31 de dezembro	43.456	42.961

10 Estoques

	2019	2018
Matéria-prima	126.043	264.742
Produtos em elaboração	44.263	111.574
Produtos acabados	97.348	135.309
Embalagens	5.343	3.744
Importação em andamento	9.199	9.761
Outros materiais	1.936	10.381
Provisão para obsolescência	(2.935)	(831)
	281.197	534.680

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2019	2018
Saldo do início do ano	(831)	(846)
Complemento de provisão	(2.547)	(15)
Reversão de provisão	443	30
Saldo em 31 de dezembro	(2.935)	(831)

Os itens de estoque sem movimentação de saída ou consumo há mais de noventa dias são analisados e, após justificativas e planos de ação, passam a compor o saldo da provisão de obsolescência. No exercício de 2019, os principais itens provisionados foram matérias primas e produtos acabados do segmento de filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) e matérias primas de Poliestireno Expansível (EPS).

11 Impostos a recuperar

	2019	2018
ICMS a recuperar	76.138	47.657
PIS/COFINS a recuperar	4.625	5.532
PIS/COFINS processo fiscal (i)	18.855	17.797
IRRF a compensar	1.350	508
IPI a recuperar	605	654
Outros	2.116	3.550
	103.689	75.698
Ativo circulante	41.629	29.316
Ativo não circulante	62.060	46.382

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo está transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 18.855 (R\$ 17.797 em 2018).

12 Outras contas a receber

	2019	2018
Custos a amortizar (i)	2.234	2.681
Outros adiantamentos	132	715
Sinistros a receber	-	32
Outras contas a receber	-	1.179
Ativo circulante	2.366	4.607
Custos a amortizar (i)	-	2.234
Ativo não circulante	-	2.234

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova. Esse custo foi contabilizado no curto e longo prazo, e será amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento.

13 Propriedade para investimento

	2019	2018
Terrenos e edificações	<u>258.974</u>	<u>204.354</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>258.974</u>	<u>204.354</u>

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2019.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	204.354	185.312
Adição	1.123	-
Ganho de ajuste a valor justo (nota 23)	36.182	32.575
Reclassificação entre propriedade para investimento e imobilizado (nota 14)	<u>17.315</u>	<u>(13.533)</u>
Total	<u>258.974</u>	<u>204.354</u>

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

14 Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conjuntos de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Processamento de Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão para	Imobilizado em Andamento (nota 14.2)	Spare Parts - Imobilizado em Andamento	Mais Valia Imobilizado	Totais
											Perda Impairment (nota 14.1)				
Saldos 31 de dezembro de 2018	93.647	270.361	1.160.126	1.381	201.752	15.692	21.950	4.669	31.946	1.261	(18.187)	348.692	37.722	203.479	2.374.491
Adições	20.000	76	12.890	-	4.070	5	-	-	-	-	-	263.520	2.303	-	302.864
Reclassificação PPI (nota 14)	(17.315)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.315)
Baixa	(13)	(158)	(101.171)	-	(4.174)	(3.202)	(10.527)	(3.580)	(34)	(247)	8.917	(5)	-	-	(114.194)
Transferência	-	204	448.996	-	214	137	1.751	-	3.662	420	-	(455.384)	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2019	96.319	270.483	1.520.841	1.381	201.862	12.632	13.174	1.089	35.574	1.434	(9.270)	156.823	40.025	203.479	2.545.846
Depreciação															
Saldos 31 de dezembro de 2018	-	(111.331)	(649.843)	-	(87.230)	(13.703)	(20.248)	(2.236)	(27.295)	(1.086)	-	-	-	(42.666)	(955.638)
Depreciação do exercício	-	(8.585)	(74.967)	-	(9.835)	(235)	(570)	(430)	(204)	(37)	-	-	-	(12.953)	(107.816)
Baixa	-	-	85.306	-	888	3.022	10.497	2.245	31	241	-	-	-	-	102.230
Saldos 31 de dezembro de 2019	-	(119.916)	(639.504)	-	(96.177)	(10.916)	(10.321)	(421)	(27.468)	(882)	-	-	-	(55.619)	(961.224)
Valor residual															
Saldos 31 de dezembro de 2019	96.319	150.567	881.337	1.381	105.685	1.716	2.853	668	8.106	552	(9.270)	156.823	40.025	147.860	1.584.622
Saldos 31 de dezembro de 2018	93.647	159.030	510.283	1.381	114.522	1.989	1.702	2.433	4.651	175	(18.187)	348.692	37.722	160.813	1.418.853
Taxa média de depreciação anual	0,00%	3,34%	5,56%	10%	9,49%	7,67%	22,07%	18,91%	10,57%	6,95%					

A Companhia ofereceu o imóvel da Unidade I, situado na Avenida Torquato Tapajós, do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica da unidade de produção de filme de polipropileno bi-orientado (BOPP). O montante oferecido em garantia foi de R\$ 314.835 em 2019 e 2018.

14.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 9.270 (R\$ 18.187 em 2018) é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2019	2018
Máquinas e equipamentos (a)	6.351	13.909
Moldes e ferramentas	2.009	2.009
Instalações industriais	262	1.529
Outros	241	318
Peças de reposição	407	422
	<u>9.270</u>	<u>18.187</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados. Os ativos vinculados à aquisição da Innova S.A. que tem vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

- (a) Em 2019, a Companhia vendeu máquinas e equipamentos dos segmentos descontinuados que estavam provisionados para perda. Consequentemente, com a venda dos equipamentos, parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável foi revertida, e, as baixas foram realizadas no ativo imobilizado.

14.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 156.823 (R\$ 348.692 em 2018), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: Geração de Energia e Geração de Vapor R\$ 117.413, Recuperação do Forno 23-F-01 R\$ 5.101, Parada de Manutenção Emergencial SM R\$ 1.373, Parada de Manutenção M1 e M2 R\$ 2.516 e Aumento da Infraestrutura P&D R\$ 1.272.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, contabilizados até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 13.053 (R\$ 57.209 em 2018).

Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	Mais Valia	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>21.076</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>390.446</u>
Adições	3.437	-	-	-	3.437
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>24.513</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>393.883</u>
Saldos 31 de dezembro de 2018	<u>(14.413)</u>	<u>(14.336)</u>	<u>-</u>	<u>(100.662)</u>	<u>(129.411)</u>
Amortização do exercício	(964)	(459)	-	(5.207)	(6.630)
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>(15.377)</u>	<u>(14.795)</u>	<u>-</u>	<u>(105.869)</u>	<u>(136.041)</u>
Valor residual					
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>9.136</u>	<u>4.430</u>	<u>243.866</u>	<u>410</u>	<u>257.842</u>
Saldos 31 de dezembro de 2018	6.663	4.889	243.866	5.617	261.035
<i>Taxa média de amortização anual</i>	<i>19,34%</i>	<i>20,00%</i>			

15.1 Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
Ágio na aquisição	243.866

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 1,50% e taxa de desconto real de 8,4% num horizonte de 5 anos.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2019	2018
Banco do Brasil	(i) CDI + 1,2% a.a.	Aval + duplicatas	21/03/2021	150.131	150.235
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor EUR + 3,25% a.a.	Nota promissória	22/07/2021	5.463	10.255
BNDES	(iii) TJLP + 2,42% a.a.	Imóveis	15/06/2020	3.996	10.058
Debêntures	(iv) VC + 4,96% a.a.	Aval + alien. fiduc.	25/10/2020	67.646	140.682
Banco Citibank	(v) Libor USD + 3,50% a.a.	Aval + alien. fiduc.	25/09/2020	71.146	185.273
Adto s/ Cambiais Entregues	(vi) 0,65% a 3,80% a.a.	Duplicatas	09/04/2020	170.503	52.843
Banco Santander - Finex	1,36% a.a.	Aval	01/03/2019	-	20.807
Banco Safra Finimp	(vii) 1,28% a.a.	-	04/06/2020	8.419	-
Banco Bradesco Finimp	(viii) 3,70% a 3,95% a.a.	-	25/06/2020	81.049	-
Banco Santander Finimp	(ix) 0,80% a 1,41% a.a.	-	10/06/2020	50.752	-
				609.105	570.153
Passivo Circulante				458.204	286.651
Passivo Não Circulante				150.901	283.502

- (i) A Companhia contratou linha de crédito para capital de giro junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 150.000 com remuneração composta pela taxa média CDI + 1,2% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e o pagamento de principal no vencimento do contrato, em março de 2021.
- (ii) A Companhia possui contrato de linha de crédito internacional firmado com o Banco Bradesco Europa destinado a aquisição de máquinas e equipamentos cuja taxa de juros é de Libor EUR + 3,25% a.a.. O financiamento é composto por diversos desembolsos parciais com prazo máximo de 60 meses, os quais se iniciaram em fevereiro de 2011 e contaram com carência de 6 meses para juros e de 24 meses para pagamento do principal. Em agosto de 2016 foi liberado o último desembolso (26º) que somou o valor total de EUR 744 mil.
- (iii) Em 2012 a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 30.100, com remuneração composta da Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,42% a.a., contando com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses. Esse financiamento teve como finalidade a expansão e a construção de uma unidade industrial para produção dos filmes de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 314.835.
- (iv) Em 07 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples*, no valor de R\$ 300.000, com data de emissão em 25 de outubro de 2014 e vencimento em 25 de Outubro de 2020. As debêntures são corrigidas pelo fator de variação cambial de reais por dólares dos Estados Unidos da América (PTAX800, opção 5) e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios de 4,96% a.a., pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão. A amortização do principal se dará em 9 (nove) parcelas, também semestrais e consecutivas, sendo que a primeira venceu em 25 de outubro de 2016.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A..

Ao final de cada exercício, desde 2014, o contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de Dívida Financeira Líquida dividida por EBITDA e o índice de Dívida Total dividida pelo Patrimônio Líquido.

- (v) Em 23 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Citibank contrato de crédito no valor de USD 100.004 com vencimento em 25 de Setembro de 2020. O contrato prevê remuneração com taxa de juros de Libor USD + 3,50% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e carência de dois anos para pagamento de principal.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A..

O contrato possui obrigação relacionada a indicador financeiro (*covenant*) medido trimestralmente com base no índice de Dívida Financeira Líquida dividida pelo EBITDA acumulado em 12 meses.

- (vi) A Companhia possui operações relacionadas a seus recebíveis de exportação. Entre fevereiro e maio de 2019 foram contratadas operações de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio) no valor de USD 5.000 + EUR 31.600 e operações de PPE (Pré Pagamento de Exportação) no valor de USD 9.379 e EUR 2.877, todas com remuneração entre 0,65% a 3,80% a.a. e vencimentos até abril de 2020.
- (vii) Em junho de 2019 a Companhia adquiriu um contrato de Finimp com o Banco Safra no valor de EUR 1.845 com remuneração de 1,28% a.a. e vencimento em junho de 2020.
- (viii) Entre os meses de junho e julho de 2019 a Companhia celebrou contratos de Finimp com o Banco Bradesco no total de USD 19.693 com taxa de juros entre 3,70% a 3,95% ao ano, cujo último vencimento será em junho de 2020.
- (ix) No mês de junho de 2019 a Companhia adquiriu dois contratos de Finimp com o Banco Santander no valor de EUR 1.845 e USD 10.256 com remuneração entre 0,80% e 1,41% a.a., cujo último vencimento será em junho de 2020.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2019	2018
2020	-	132.370
2021	<u>150.901</u>	<u>151.132</u>
Passivo não circulante	<u>150.901</u>	<u>283.502</u>

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Saldo 2018	Adição	Juros	Juros Capitalizados	IRRF	Amortização	Variação cambial	Saldo 2019
Banco do Brasil	150.235	-		10.538	-	(10.641)	-	150.132
Bradesco Europa	10.255	-	240	-	36	(5.130)	62	5.463
BNDES	10.058	-	556	-	-	(6.618)	-	3.996
Debêntures	140.682	-	5.458	-	-	(75.481)	(3.013)	67.646
Banco Citibank	185.273	-	7.751	-	1.368	(128.088)	4.842	71.146
Adto s/ Cambiais Entregues	52.843	204.360	2.619	-	-	(99.202)	9.883	170.503
Santander Finex	20.807	-	21	-	-	(19.905)	(923)	-
Banco Safra	-	8.095	53	-	7	-	263	8.418
Bradesco Finimp	-	75.673	1.457	-	218	-	3.700	81.048
Santander Finimp	-	47.813	843	-	211	-	1.886	50.753
Total Geral	570.153	335.941	18.998	10.538	1.840	(345.065)	16.700	609.105

Descrição	Saldo 2017	Adição	Juros	Juros capitalizados	IRRF	Amortização	Variação cambial capitalizada	Variação cambial	Saldo 2018
Banco do Brasil	-	150.000	-	2.944	-	(2.709)	-	-	150.235
Bradesco Europa	16.846	-	28	495	4	(8.855)	1.603	134	10.255
BNDES	15.931	-	1.121	-	-	(6.994)	-	-	10.058
Debêntures	205.631	-	9.252	-	-	(81.072)	-	6.871	140.682
Banco Citibank	214.463	-	11.840	-	2.089	(78.107)	-	34.988	185.273
Adto s/ Cambiais Entregues	21.076	96.600	-	-	-	(67.475)	-	2.642	52.843
Banco Santander	-	18.538	253	-	-	-	-	2.016	20.807
Total Geral	473.947	265.138	22.494	3.439	2.093	(245.212)	1.603	46.651	570.153

a. Índices financeiros (Covenants)

Os instrumentos de dívida destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A. preveem limites contratuais para indicadores financeiros destinados a monitorar o nível de endividamento (alavancagem) da Companhia, conforme abaixo:

Debêntures

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 igual ou inferior a 2,5 vezes;
- relação Dívida Total/Patrimônio Líquido ao final do período findo em 31 de dezembro de 2019 igual ou inferior a 1,0 vez.

Contrato de Crédito CITIBANK

- relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 igual ou inferior a 3,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu os índices (*covenants*) estabelecidos pelos credores.

17 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	54.209	49.209
Fornecedores estrangeiros	393.525	685.658
	<u>447.734</u>	<u>734.867</u>

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2019	2018
Trabalhistas	6.912	6.679
Cíveis	1.423	1.243
Mais valia	9.148	10.767
Passivo não circulante	<u>17.483</u>	<u>18.689</u>

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.949	1.293	11.020	16.262
(+) Complemento de provisão	5.143	-	-	5.143
(-) Baixa de provisão	(2.413)	(50)	(253)	(2.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.679	1.243	10.767	18.689
(+) Complemento de provisão	3.805	180	-	3.985
(-) Baixa de provisão	(3.572)	-	(1.619)	(5.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.912	1.423	9.148	17.483

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados no montante de R\$ 446.695 (R\$ 531.581 em 2018) refere-se à contestação pela Companhia sobre cobrança de autos de infração.

Os principais processos são: (i) processo nº 4.003.845-2 - impugnação ao auto de infração lavrado pela SEFAZ/SP sob alegação de não pagamento de ICMS substituição tributária com valor histórico de R\$ 263.633 (R\$ 263.633 em 2018); (ii) processo nº 2016000088 - impugnação ao auto de infração lavrado pela prefeitura de Manaus/AM face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties com valor histórico de R\$ 72.276 (R\$ 72.276 em 2018); (iii) processo Nº 5044721-47.2017.4.04.7100 - anulatória auto de infração MPF nº 1015400/00096/11 - PTA nº 10516.720002/2013-95 inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não comprovação da vinculação física - Drawback suspensão com valor corrigido de R\$ 71.421 (R\$ 62.078 em 2018).

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 9.047 (R\$ 8.911 em 2018) referente principalmente ao Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 728 (R\$ 728 em 2018); Processo 0011620-22.2015.54.01.3200 de Inexigibilidade de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras no valor R\$ 2.362 (R\$ 2.226 em 2018); e Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por suposta falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685 (R\$ 685 em 2018).

A Companhia adquiriu participação, como não controlador, da Rimo S.A. em 18 de dezembro de 2019. A Rimo, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Existem processos de perda possíveis no valor de R\$ 701.751, os quais não estão provisionados, em acordo com as práticas contábeis brasileiras. Parte significativa das causas tributárias classificadas como “possível” pelos assessores jurídicos da Rimo refere-se a uma ação relacionada à ICMS-ST pelo Estado de São Paulo contra a filial da Rimo em Manaus no valor de R\$ 582.630. O Estado de São Paulo exige recolhimento dos benefícios da Zona Franca de Manaus ao estado, na figura de ICMS-ST, alegando que somente o valor pago, e não o destacado em nota como ICMS próprio deve ser abatido no cálculo do ICMS-ST.

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 7.608 (R\$ 7.114 em 2018), para os quais a perda é possível e que, portanto, não estão provisionados, no valor total de R\$ 6.912 (R\$ 6.679 em 2018), para os quais a perda é considerada provável, e estão provisionados.

Processos cíveis

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 6.765 (R\$ 473 em 2018) para as quais a perda é possível. Os principais processos são (i) processo nº 0019225-94.2003.8.26.0068 - Transação judicial para revisão de contrato de mútuo e nulidade das relações jurídicas (contratos compra e venda, locação etc) referente Imóvel com valor corrigido de R\$ 6.082 (R\$ 6.082 em 2018).

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	<u>36.163</u>
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u><u>(7.695)</u></u>

Em novembro de 2011, a Videolar-Innova foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

Em 18 de abril de 2017, a Videolar-Innova e BNP Paribas firmaram acordo no valor total de EUR 10.872 mil (R\$ 32.719), para pagamento pela Videolar-Innova em 48 meses, sendo a primeira parcela paga em 30 de abril de 2017 e a última a ser paga em 30 de março de 2021. Os valores das parcelas são decrescentes, iniciando em EUR 246 mil e finalizando em EUR 207 mil. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar de R\$ 13.980 está registrado em outras obrigações sendo R\$ 11.184 e R\$ 2.796, no circulante e não circulante respectivamente.

Mais valia

Na data da aquisição da Innova, foi reconhecido uma mais valia do passivo contingente existente na data de assinatura do contrato no valor total de R\$ 62.888. Após a realização parcial desta mais valia, o saldo apresentado em 2019 é de R\$ 9.148.

Depósitos judiciais

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.540	1.075	1.750	223	13.588
(+) Adição	1.737	1.073	3.553	-	6.363
(-) Baixa	(3.366)	(927)	(2)	(223)	(4.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.911	1.221	5.301	-	15.433
(+) Adição	136	518	5	-	659
(-) Baixa	-	(299)	(1.249)	-	(1.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.047	1.440	4.057	-	14.544

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social da Companhia é de R\$ 686.832.

O capital social da Companhia estava representado por 1.185.861 ações ordinárias, 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

A movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial foi como segue:

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	96.847	97.008
Ajuste avaliação patrimonial - Torquato Tapajós, 5.555	13.200	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	(79)	(161)
Total	109.968	96.847

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 118.967, foi constituído R\$ 5.948 de reserva legal.

d. Dividendos

Em 2019, do lucro líquido de R\$ 118.967, foi destinado R\$ 5.948 para reservas legais e R\$ 113.264 para reservas de incentivos fiscais. Portanto, não houve saldo no lucro líquido do exercício para a distribuição de dividendos. O estatuto social da Companhia não determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

Em 31 de dezembro de 2019 foi destinado o montante de R\$ 152.990 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS, sendo R\$ 113.264 do lucro líquido e R\$ 39.726 da reserva de lucros.

f. Reserva de retenção de lucros

Em 2019 foi utilizado R\$ 39.726 da reserva de lucros para a constituição da reserva de incentivos fiscais.

g. Ações em tesouraria

Em março de 2019 a Companhia efetivou a recompra de 75.614 ações no valor total de R\$ 79.732. A primeira parcela de R\$ 43.742 foi paga em março de 2019 e a segunda parcela de R\$ 35.990 será paga em março de 2020.

20 Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita operacional bruta	2.864.053	3.041.504
Créditos de incentivos fiscais (nota 27)	152.990	110.019
Impostos sobre as receitas	(488.874)	(543.410)
Devoluções	(21.916)	(10.483)
	2.506.253	2.597.630

21 Custos dos produtos vendidos

	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(1.808.109)	(1.894.788)
Custo de mercadoria revendidas	(27.704)	(14.758)
Gastos gerais de fabricação	(228.678)	(223.553)
Ociosidade na produção	(69.727)	(49.207)
Outros	(6.119)	(2.786)
	<u>(2.140.337)</u>	<u>(2.185.092)</u>

22 Despesas administrativas e vendas

	2019	2018
Despesas de folha de pagamento	(53.926)	(51.598)
Depreciação	(4.021)	(5.183)
Energia elétrica	(4.261)	(800)
Impostos e taxas	(6.836)	(2.949)
Provisões	(545)	(3.043)
<i>Impairment</i>	8.917	1.016
Honorários advocatícios	(3.646)	(4.930)
Conservação de ativos	(1.245)	(130)
Despesas de viagens	(1.565)	(1.118)
Fretes e carretos	(85.457)	(84.822)
Manutenção e reparos	(7.879)	(7.385)
Consultoria e assessoria	(6.814)	(4.107)
Despesas de seguros	(1.156)	(861)
Licença de uso	(882)	(1.595)
Despesas de importação	(3.502)	(3.559)
Propaganda e publicidade	(1.650)	(1.247)
Outros	(10.057)	(7.439)
	<u>(184.525)</u>	<u>(179.750)</u>

23 Outras receitas (despesas) operacionais

	2019	2018
Venda de ativo	3.303	16
Perdas com baixa de ativo	(16.393)	(1)
Venda de sucata	3.526	3.017
Receita de locação	8.744	8.987
Fundopem (nota 27)	-	34.944
Recuperação de impostos	382	1.476
Indenizações	(27)	1.398
Aumento no valor justo de propriedade para investimento (nota 13)	36.182	32.575
Outros	2.519	8.453
	<u>38.236</u>	<u>90.865</u>

24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	1.428	6.441
Variação monetária	1.248	1.267
Descontos obtidos	163	90
Receita com operações Swap	22.736	26.201
	<u>25.575</u>	<u>33.999</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e outros	(26.818)	(30.781)
Descontos concedidos	(3.718)	-
Despesas bancárias	(275)	(362)
Despesa com operações Swap	(13.048)	(13.264)
Outras	(9.150)	(8.341)
	<u>(53.009)</u>	<u>(52.748)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	262.144	265.586
Variação cambial passiva	(281.098)	(377.055)
	<u>(18.954)</u>	<u>(111.469)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018
Créditos sobre prejuízo fiscal	151.000	102.685
Ajuste de avaliação patrimonial	(56.650)	(50.017)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	78.512	96.986
Imposto diferido sobre mais valia	(47.302)	(52.925)
Propriedade para Investimento	(23.377)	-
Depreciação Societária x Fiscal	(21.965)	(28.257)
Créditos sobre diferenças temporárias: - créditos sobre provisões	34.056	90.168
	<u>114.274</u>	<u>158.640</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>114.274</u>	<u>158.640</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 444.118 (R\$ 302.015 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda e Contribuição social diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	2019	2018
Variações cambiais líquidas	66.950	192.534
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	19.739
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	2.935	831
Perdas estimadas diversas	19.209	41.569
Provisão para contingências judiciais	<u>11.071</u>	<u>10.526</u>
Total provisões (reversões)	<u>100.165</u>	<u>265.199</u>
Alíquota IR e CS - 25% e 9%	34%	34%
IR/CS sobre diferenças temporárias	<u>34.056</u>	<u>90.168</u>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2019 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Videolar-Innova estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	2019	2018
2019	-	30.806
2020	45.300	21.564
2021	31.710	15.095
2022	22.197	10.566
2023 a 2029	<u>51.793</u>	<u>24.654</u>
	<u>151.000</u>	<u>102.685</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de (R\$ 43.356) em 2019 e (R\$ 37.328) em 2018 estão demonstradas a seguir:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	162.323	170.145
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(55.190)</u>	<u>(57.849)</u>
Incentivos de Subvenções	52.047	52.052
Movimentação Prejuízo fiscal (*)	(1.933)	(6.083)
Diferenças permanentes	29.907	35.880
Diferenças temporárias	<u>(68.187)</u>	<u>(61.328)</u>
Total do IR Corrente e Diferido	<u>(43.356)</u>	<u>(37.328)</u>
Alíquota efetiva	27%	22%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	5.867
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(43.356)</u>	<u>(43.195)</u>

(*) A movimentação do prejuízo fiscal é relativa ao prejuízo fiscal apresentado no exercício.

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda	-	1.806
Contribuição social	<u>-</u>	<u>1.346</u>
	<u>-</u>	<u>3.152</u>

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica ("EFC") no ano de 2016.

26 Informações sobre partes relacionadas

A partes relacionadas da Companhia são: M.L. Parisotto – EPP, Matsukawa Holding Co LLP, EMTEC Participações Ltda. e Rimo S.A.. Para essas partes relacionadas, a Companhia apenas manteve transações com a Rimo S.A. as quais se referem a aluguel de imóvel. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem a receber o montante de R\$ 61 mil, da Rimo S.A., a título de aluguel de imóvel.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de março de 2019.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.028 (R\$ 2.829 em 2018).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

27 Incentivos fiscais

Incentivo	2019	2018
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 20)	122.382	108.840
Benefício fiscal do crédito presumido ICMS interestadual ABS (nota 20)	359	1.179
Benefício do FUNDOPEM/RS (nota 20)	30.249	34.944
	<u>152.990</u>	<u>144.963</u>

28 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Videolar-Innova a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Videolar-Innova possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	23.481	11.309
Contas a Receber	396.926	489.613
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	<u>2.561</u>	<u>61.122</u>
	<u>422.968</u>	<u>562.044</u>

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual				
		Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	609.105	631.261	477.230	154.031	-	-
Fornecedores	<u>447.734</u>	<u>447.734</u>	<u>447.734</u>	-	-	-
	<u>1.056.839</u>	<u>1.078.995</u>	<u>924.964</u>	<u>154.031</u>	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2019, esses ativos somam o valor de R\$ 9.053.

	2019	2018
Instrumento de taxa variável		
Aplicação financeira	<u>9.053</u>	<u>3.829</u>
	<u>9.053</u>	<u>3.829</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 4,50% para o ano de 2020, ante a taxa efetiva de 5,95% verificada no ano de 2019.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2019	5,95%	4,46%	2,98%
Aplicações financeiras	9.053	9.053	9.053
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	4,50%	3,38%	2,25%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	(131)	(98)	(66)

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2019	5,95%	7,44%	8,93%
Empréstimo Banco do Brasil	150.131	150.131	150.131
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	4,50%	5,63%	6,75%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	2.177	2.721	3.265

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor USD

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor USD em 31 de dezembro de 2019. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 71.145.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor USD 12 meses estimada em 2,00% cenário provável para o ano de 2020, ante a taxa efetiva de 2,38% verificada em 31 de dezembro de 2019.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da Libor USD de 2019	2,38%	2,98%	3,57%
Empréstimo Banco Citibank	71.146	71.146	71.146
Taxa anual estimada da Libor USD 12 meses (*)	2,00%	2,50%	3,00%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução) - USD	270	338	406

(*) A pesquisa Focus não divulga previsões para as taxas de juros Libor USD. Dessa forma, para determinar o cenário provável a Videolar-Innova considerou a taxa libor 12 meses divulgada em 31/12/2019.

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor EUR

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor EUR em 31 de dezembro de 2019. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 5.464.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor EUR 12 meses estimada em 0,0% cenário provável para o ano de 2020, ante a taxa efetiva de (0,21%) verificada em 31 de dezembro de 2019.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da Libor EUR de 2019	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo Bradesco Europa	5.463	5.463	5.463
Taxa anual estimada da Libor EUR 12 meses	(0,21%)	(0,16%)	(0,11%)

Efeito no instrumento financeiro:

Aumento / (Redução) – EUR	11	9	6
---------------------------	----	---	---

Análise de sensibilidade à variação da taxa TJLP

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da TJLP em 31 de dezembro de 2019. Nestas condições, a Companhia apresentava valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 3.996.

A expectativa de mercado indicava uma taxa de TJLP estimada em 4,25% cenário provável para o ano de 2020, ante a taxa efetiva de 6,20% verificada no ano de 2019.

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da TJLP de 2019	6,20%	7,75%	9,30%
Empréstimo BNDES	3.996	3.996	3.996
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses (*)	4,25%	5,31%	6,38%

Efeito no instrumento financeiro:

Aumento / (Redução)	78	97	117
---------------------	----	----	-----

(*) O cenário provável utilizado pela Videolar-Innova para a TJLP considerou a manutenção dos níveis correntes de mercado, em linha com as expectativas gerais para o movimento de redução das taxas básicas de juros no Brasil.

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

		2019		2018	
		Valor nominal moeda estrangeira		Valor nominal moeda estrangeira	
		Em \$'000	R\$ Mil	Em \$'000	R\$ Mil
Empréstimo Bradesco	EUR	1.206	5.463	2.310	10.255
Empréstimo Bradesco	USD	20.111	81.049	-	-
Debêntures	USD	16.786	67.646	36.307	140.682
Empréstimo Citibank	USD	17.654	71.146	47.815	185.273
ACC (Antec. C. Câmbio)	EUR	29.052	131.606	-	-
ACC (Antec. C. Câmbio)	USD	-	-	12.256	47.490
PPE (Pré Pgto. Exportação)	EUR	-	-	1.206	5.353
PPE (Pré Pgto. Exportação)	USD	9.652	38.897	-	-
Empréstimo Santander	EUR	1.860	8.428	4.687	20.807
Empréstimo Santander (*)	USD	10.502	42.324	-	-
Empréstimo Safra	EUR	1.896	8.419	-	-
Fornecedores Estrangeiros	EUR	61	278	72.063	319.888
Fornecedores Estrangeiros	USD	97.580	393.247	94.393	365.754
Fornecedores Estrangeiros	GBP	-	-	3	16

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

(*) A Companhia possui um contrato de SWAP USD-EUR com o Banco Santander no equivalente ao empréstimo com o Banco Santander USD.

Transações de swap cambial

A Companhia realizou derivativos financeiros em dólares norte-americanos e euros, para a proteção cambial do contrato de Finimp com o Banco Santander no total de USD 10.256 mil. A dívida será calculada de acordo com a paridade EURO/USD. Se a paridade for maior que o limitador 1,1272, a dívida será calculada em Euro. Se a paridade for menor que o limitador, a dívida será calculada em Dólar. A Companhia receberá a diferença entre a variação cambial em dólares ou euros, observada no período.

Foi reconhecido no resultado financeiro o ganho de R\$ 1.102 neste tipo de operação referente ao contrato vigente em 31 de dezembro de 2019.

O volume total protegido em 31 de dezembro de 2019 é de USD 10.256 mil e EUR 9.099 mil.

Vencimento	Ativo (USD)	Passivo (EUR)	Paridade EUR/USD	Ajuste R\$
10/06/2020	10.256	9.099	1,1205	1.102

A Companhia não tem como política a contratação de instrumentos financeiros de proteção. O único instrumento financeiro (hedge) que a Companhia tem contratado diz respeito ao SWAP citado acima, o qual transforma a exposição em USD do empréstimo Santander em exposição em EUR. Em 31 de dezembro de 2019 não existiam outros instrumentos financeiros destinados a proteção de variação cambial.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2019. A Videolar-Innova considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4,03 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do dólar

		Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$			
	Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<i>Taxa do dólar</i>		3,0225	2,0150	5,0375	6,0450
Empréstimo Bradesco	20.111	20.262	40.525	(20.262)	(40.525)
Debêntures	16.786	16.912	33.823	(16.912)	(33.823)
Empréstimo Citibank	17.654	17.786	35.573	(17.786)	(35.573)
PPE	9.652	9.724	19.449	(9.724)	(19.449)
Empréstimo Santander	10.502	10.581	21.162	(10.581)	(21.162)
Fornecedores Estrangeiros	97.580	<u>98.312</u>	<u>196.624</u>	<u>(98.312)</u>	<u>(196.624)</u>
Resultado financeiros - receita (despesa)		<u>173.577</u>	<u>347.156</u>	<u>(173.577)</u>	<u>(347.156)</u>

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4,53 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).
- Risco: Flutuação do euro

Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$					
	Valor de referência EUR	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<i>Taxa do euro</i>		3,3975	2,,2650	5.6625	6.7950
Empréstimo Bradesco	1.206	1.366	2.732	(1.366)	(2.732)
ACC	29.052	32.902	65.803	(32.902)	(65.803)
Empréstimo Santander	1.860	2.107	4.214	(2.107)	(4.214)
Empréstimo Safra	1.896	2.148	4.295	(2.148)	(4.295)
Fornecedores estrangeiros	61	70	139	(70)	(139)
Resultado financeiros - receita (despesa)		38.593	77.183	(38.593)	(77.183)

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2019:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2019	2019	Hierarquia
<i>Ativos financeiros</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	14.428	14.428	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	9.053	9.053	-
	Valor justo por meio do			
	resultado	1.102	1.102	Nível 2
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	396.926	396.926	-
Contas a receber	Custo amortizado	2.561	2.561	-
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	2.561	2.561	-

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2019	2019	Hierarquia
Total		424.070	424.070	
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	541.459	541.460	-
Debêntures	Outros passivos financeiros	67.646	67.646	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	447.734	447.734	-
Total		1.056.839	1.056.839	

Em 31 de dezembro de 2018:

		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	
	Classificação	2018	2018	Hierarquia
<i>Ativos financeiros</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	7.480	7.480	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	3.829	3.829	-
Contas a receber	Custo amortizado	489.613	489.613	-
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	61.122	61.122	-
Total		562.044	562.044	
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	429.471	429.471	
Debêntures	Outros passivos financeiros	140.682	140.682	Nível 2
Instrumentos financeiros	Outros passivos financeiros	517	517	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	734.867	734.867	
Total		1.305.537	1.305.537	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos	609.105	570.153
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(23.481)	(11.309)
Dívida bancária líquida	585.624	558.844
Patrimônio líquido	1.872.184	1.819.583
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.457.808	2.378.427
Relação patrimônio líquido e dívida bancária líquida	0,31	0,31

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 1.943.814 para danos materiais e R\$ 508.936 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 851.136 para danos materiais e R\$ 92.894 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 50.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 50.000. Para o seguro D&O cobertura de R\$ 70.000.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura era de R\$ 3.000 para embarques terrestres e R\$ 20.000 para embarques aéreos e aquaviários. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 34.000 mil exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 mil para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 mil para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 5.000 mil por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 6.000 mil exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 1.000 mil para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 26 vezes, limitados a R\$ 1.589 de cobertura.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto – Diretor Presidente

Reinaldo José Kröger - Diretor Vice-Presidente

Cláudio da Rocha Filho - Diretor de Operações

Sérgio de Oliveira Machado - Diretor Industrial

Mario Daud Filho - Diretor Jurídico e de Compliance

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Liz Vanin Parisotto

Contador

Antonio Carlos de Barros

CRC SP 193.292/O-6